

“Stôra isto está a dar-me a volta à cabeça”

Na Escola Secundária de Odivelas, o projeto Justiça para Tod@s mostra a alunos do 11.º ano porque é que até um agressor tem direito à sua defesa em tribunal.

“Jura por sua honra dizer a verdade?” A pergunta foi várias vezes repetida, tantas quantos os intervenientes que prestaram depoimento na Biblioteca da Escola Secundária Adelaide Cabette, em Odivelas, transformada durante quase duas horas em sala do tribunal. Era o ensaio geral para alunos de duas turmas do 11.º ano envolvidas no projeto Justiça para Tod@s, que os levaria alguns dias mais tarde ao Tribunal de Loures para uma simulação de julgamento: perante uma juíza, os jovens desempenhariam os papéis de vítima, arguido, testemunhas, advogados de defesa e de acusação. No dia do ensaio, na escola, um advogado fazia as vezes de juiz e, qual encenador, explicava os procedimentos do tribunal e esclarecia dúvidas de última hora.

Entre hesitações e risos nervosos, está a ser julgado um caso ficcionado de violência no namoro. Anabela, 16 anos, sofreu uma agressão, alegadamente pelo namorado, Ricardo, de 17 anos. Anabela foi parar ao hospital. Ricardo está agora no banco dos réus e quem lhe veste a pele é Carlos, que aceitou interpretar este papel no julgamento, apesar de isso lhe trazer muitas questões. “Stôra, temos de conversar, que isto está a dar-me a volta à cabeça.” A “stôra” é Conceição Oliveira, professora de Filosofia, que tem trabalhado com os seus alunos do 11.º ano neste projeto. “É muito relevante para os miúdos, sobretudo na área de Humanidades, poderem participar num processo destes, ir a julgamento, ver como as coisas funcionam, ter acesso à legislação, compreender o que se passa em termos de Direito e da Justiça. Fiquei encantada com o projeto e candidatei-me com duas turmas.”

Promovido pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, o projeto Justiça para Tod@s pretende aumentar a literacia juvenil em matéria de Direitos Humanos, por meio de ações de sensibilização, divulgação, *workshops* e jogos de simulação (*role-play games*) de um caso em tribunal. *Bullying*, violência no namoro, linguagem de ódio/intolerância, violência extremista e crimes de ódio/intolerância (homicídio), tráfico de seres humanos, furto, roubo, asilo e refugiados, nacionalidade, liberdade religiosa no contexto laboral, racismo e xenofobia nas redes sociais, têm sido os principais temas desenvolvidos.

Uma oportunidade de participação

“No programa de Filosofia do 11.º ano estudamos várias teorias éticas (Stuart Mill, Kant, Aristóteles e John Rawls, entre outros) e os meus alunos mostraram muita disponibilidade para as discutir nas aulas, e estando [o assunto] também relacionado com a Lógica e com a capacidade de argumentação, uma coisa vinha aliar-se à outra”, justifica a professora responsável. “Pensei também que esta seria uma ótima oportunidade para os meus alunos se relacionarem com a escola de outra forma. É preciso criar outros momentos, que façam com que os alunos se sintam pertença do espaço que ocupam por ‘obrigação’ e do qual, à partida, não gostam”, reconhece. “É importante a escola dar aos alunos oportunidades de participação significativas, para além das aulas que estão estabelecidas.”



A PROFESSORA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, AO CENTRO, ACERTA OS ÚLTIMOS DETALHES PARA A SIMULAÇÃO DO JULGAMENTO. © MÁRCIA LESSA

Escolheram trabalhar um caso de violência no namoro porque, mesmo antes de aparecer o projeto Justiça para Tod@s, já andavam a falar sobre o tema. “Tínhamos discutido muito, por exemplo, se o namorado mexer no telemóvel da namorada seria uma violência psicológica... Há coisas que vão acontecendo na vida deles e eles não sabem muito bem como lidar com elas.”

A professora recorda que, numa das turmas, quando leram em conjunto, pela primeira vez, o caso fictício da Anabela e do Ricardo, a reação foi muito visível. “Disseram-me que nunca iriam defender em tribunal alguém que tivesse agredido uma mulher. Não cabia na cabeça deles que isso acontecesse e não conseguiam encontrar razões possíveis que o justificassem. Decidi então pôr essa turma a trabalhar o lado da defesa.”

A professora pretendia assim que demonstrassem a sua capacidade de argumentação. “É possível ver todos os problemas de múltiplas perspetivas e é fundamental sabermos colocar-nos no lugar dos outros. Se muitas vezes não compreendemos o nosso próprio comportamento, como é que podemos, sem mais, avaliar o comportamento dos outros?”

Defender um agressor?

Júlia Moreira é uma das alunas que está no grupo de advogados da defesa. Durante o ensaio destaca-se entre os que mais questões colocam ao advogado “verdadeiro”, para esclarecer procedimentos, o que não surpreende sabendo que ela pretende seguir Direito.

“Ficámos um bocado em choque quando a professora distribuiu os papéis e soltou a bomba: tínhamos de defender um rapaz que agrediu uma rapariga! Essa foi a parte mais difícil”, admite Júlia, uma das muitas raparigas na turma. “Depois, aprendemos que todos têm direito à sua defesa. Tentámos perceber o que podia estar por detrás deste acontecimento e usar isso na estratégia de defesa.” O facto de o réu ter um irmão paraplégico, de quem cuida diariamente porque os pais são muito ausentes, entre outros fatores, revelava um contexto familiar, no mínimo, problemático que poderia ter contribuído para o agravamento de uma perturbação do foro mental não diagnosticada.

“O rapaz não estava em si quando praticou aquela agressão”, sublinha Júlia. Recorreram a um *site*, “que é realmente usado por psicólogos”, onde foram procurar sintomas para construir um diagnóstico de bipolaridade e apresentá-lo em tribunal pela voz de um especialista enquanto testemunha da defesa.

“Não queremos que ele saia impune porque cometeu uma agressão. O nosso objetivo é que ele cumpra o menor período de pena possível, ou que faça serviço comunitário. Mais do que estar preso, do que ele precisa é de acompanhamento psicológico. Só tem 17 anos.”